

---

## Gênero, artefato e a constituição do lar: o caso paulistano

*Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920.*

---

CARVALHO, Vânia Carneiro de.

---

São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008. 368 p.

---

Não é novidade, nos estudos historiográficos, a utilização da cultura material como ferramenta para se acessar, observar, analisar e inferir o passado. Também não é novidade a preocupação das ciências humanas com o ambiente doméstico quando seu foco de análise é o cotidiano, e, com o *boom* dos estudos sobre mulheres e gênero, fica complicado ignorar a feminização dessas esferas, sugerida como natural.

Dialogando com esses aspectos, o trabalho de Vânia Carneiro de Carvalho nos traz, por meio de uma escrita leve e delicada – ainda que densa –, o que aparentemente seria uma história da formação e do estabelecimento do gosto por decoração e consumo da incipiente burguesia paulistana. De fato seu livro faz essa história, associando fortemente hábitos de consumo com esforços de distinção de uma classe que, ainda que possa ser enquadrada no que se entende como classe dominante, não é filha de fortes tradições de demonstrações públicas de *status*.<sup>1</sup> Entretanto, durante a leitura percebemos que a escolha das fontes, da teoria e da metodologia no trabalho levar-nos-á por outros caminhos.

Adaptação de tese de doutorado defendida em 2001 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), a obra faz uso da cultura material para além de análises clássicas dos artefatos: seja em seu aspecto puramente funcional, como reflexo de questões maiores alheias aos objetos, ou mesmo com relação à pura e simples representação de *status*. Acompanhando preocupações atuais no campo, a autora trabalha com o que pode ser chamada de “agência dos artefatos”, sua capacidade de produzir efeitos; de não apenas moldar as pessoas, mas ser parte integrante e necessária de sua constituição. E logo no prefácio se apresenta de forma clara o foco dessa análise: “o relacionamento simbiótico entre objetos domésticos e formação de identidades sociais diferenciadas pelo gênero”,<sup>2</sup> lembrando que “tão-só existe objeto para um sujeito”.<sup>3</sup>

Ao mesmo tempo que a análise dialoga com teorias pós-estruturalistas ou pós-modernas, que podem ser observadas de forma mais marcada não apenas nas análises de gênero (sempre destacando seu aspecto relacional), mas também em preocupações com a corporalidade e a constituição do sujeito de forma mais ampla, a história social, tão forte no Departamento de História da USP, também mostra seu lugar na obra, que parece ser um resultado interessante de uma espécie de “meio-caminho” entre história cultural e social. Sua ampla gama de fontes assim como a interdisciplinaridade – fazendo uso principalmente do urbanismo – vêm nos lembrar disso em vários momentos da leitura, assim como a análise que muitas vezes parece oscilar entre um extremo e outro dessas vertentes.

Dividindo a obra em cinco capítulos, a autora lança um dos aportes de sua análise em “Ações centrípetas e centrífugas: individualidades

sexuadas”. Nesse primeiro capítulo, ela diferencia as ações centrípetas masculinas das ações centrífugas femininas. As primeiras definiriam

objetos que “buscam” o centro, no qual se encontra a figura substantiva do homem. Há, portanto, uma hierarquia centralizadora entre pessoas e objetos, na qual os atributos dos objetos nunca sobrepujam o homem, ao contrário, eles servem para desenhar a personalidade de gênero de maneira individualizadora [...] (p. 43).

Assim, a masculinidade estaria voltada para a máxima individualização, enquanto a feminilidade estaria no seu oposto, em um fenômeno de despersonalização feminina no qual a mulher estaria em harmonia, de alguma forma fundida, camuflada no ambiente – doméstico – que a rodeia. Nesse sentido, a ação centrífuga feminina significaria “uma forma abrangente e difusa de produção de representações femininas no espaço doméstico, [que] inclui ativamente o corpo na constituição de sua identidade. O resultado disso é uma continuidade entre corpo, objeto e espaço da casa [...]” (p. 224).<sup>4</sup> Dessa forma, a individualidade da mulher estaria limitada à individualidade da família que ela representa.

No segundo capítulo, “Espaços e representações de gênero: um campo operatório”, descrevem-se os diferentes cômodos de um sobrado ou palacete paulistano da virada do século XIX para o XX, de forma a mostrar, a partir de objetos, fotografias e recomendações de decoração em publicidade e artigos de revistas femininas, a generificação dos ambientes. Sóbrios e confortáveis, de tradição inglesa, os ambientes masculinos como a sala de jantar, o *hall* e em última instância o escritório se opõem aos ambientes femininos, que copiam a exuberância da decoração francesa, como a sala de visitas e o quarto feminino. A autora ressalta que essa espécie de divisão por gênero da casa não significava necessariamente a limitação de circulação das pessoas pelos espaços, estando muito mais ligada aos valores que se intentava associar a um ou outro ambiente.

Nesse momento da leitura nos surpreendemos com nosso olhar do presente, tão acostumado a buscar pela cozinha quando se fala em ambientes femininos. Diferentemente do que se podia observar nos lares norte-americanos, onde o emprego doméstico não era tão acessível, a cozinha era, no Brasil, um espaço da criadagem no qual não havia interesse em se investir. Isso inclusive devido à herança colonial de desvalorização do trabalho manual, a qual

fazia com que as mulheres brasileiras abastadas se dedicassem a bordados e pinturas (além de filantropia, visitas a lojas e cafés, teatros; consumo de uma forma mais ampla), trabalhos considerados artísticos que não as associariam com escravas ou mestiças empobrecidas. Assim, enquanto as mulheres burguesas norte-americanas já consumiam de forma ampla eletrodomésticos variados a fim de amenizar sua difícil função de cuidar de todo o trabalho doméstico sozinhas, a dita modernização da cozinha paulistana se deu muito mais por pressões médico-higienistas e, no caso específico do fogão a gás, por interesses econômicos de uma multinacional distribuidora de energia, como a autora vem tratar nos últimos capítulos.

A corporalidade e sua constituição voltada, reciprocamente, à cultura material são o foco expresso do Capítulo 3: "Representações e ações corporais: a ubiqüidade do gênero". Por meio de vestígios de formas de descrever, olhar, comer ou sentar-se, a autora busca a construção de subjetividades e a concepção do sujeito dentro de uma visão de mundo muito embasada no romantismo. É o momento do livro em que a literatura como fonte histórica aparece com mais força, a partir de José de Alencar e Machado de Assis. É um momento interessante também para reparar como, na busca por representações e modos de vida fortemente calcados na simbologia, o cotidiano possa ser encontrado na formalidade, quer dizer, observando-se pessoas educadas segundo modos europeus, treinadas desde muito cedo pela etiqueta e envolvidas de forma profunda na autorreflexão, a pose para um retrato, por exemplo, não é uma representação absolutamente ímpar ao cotidiano, digamos assim, real, ainda que o acontecimento de se posar para o retrato não seja regular. Os modos de se mover, de agir, a postura, o olhar, treinados e educados, fortemente generificados, são parte constituinte do sujeito. O olhar da autora sobre o disciplinamento dos corpos no mundo urbano parece ser guiado por Richard Sennett<sup>5</sup> e, principalmente, por Michel Foucault.<sup>6</sup>

Apesar de a pesquisa se concentrar em um grupo social específico, a burguesia paulistana em um recorte temporal também específico, de 1870 a 1920, os documentos mostram que as recomendações sobre moral e costumes, mesmo dentro dessa espécie de microcosmo, não eram unívocas. Em oposição à vida de vitrine das conquistas do provedor, fosse ele marido ou pai, levantam-se vozes que clamam pela necessidade de permanência da mulher

na casa, onde seria seu lugar natural. Somente em casa ela seria capaz de desempenhar seu verdadeiro papel, muito mais importante que os compromissos sociais com filantropia, nos cafés ou jogos de tênis; zelar pela felicidade familiar. No Capítulo 4, "Casa *VERSUS* rua: a conspicuidade feminina e o trabalho doméstico", a autora nos traz descrições da rotina doméstica das mulheres burguesas, percebendo variações no que seria um padrão de comportamento aceitável para essas mulheres.

Já no século XX parece que a racionalização da rotina doméstica ganha muita força em São Paulo, e a figura da esposa burguesa asseada em oposição à esposa colonial preguiçosa é marcante. A tradição colonial é desprezada como barbárie, e a higiene vira ponto forte de preocupação dentro dos lares. Seguindo toda a onda higienista, que tenta resolver os problemas de saúde dos grandes aglomerados urbanos, a decoração das casas começa a sofrer grandes modificações, uma vez que as cortinas pesadas, que não permitiam que o ar circulasse, e a grande quantidade de objetos de decoração dos mais variados, que facilitavam em muito o acúmulo de pó, não eram condizentes com as recomendações médicas. Nessa época, também a cozinha começa a ganhar alguma atenção, em comparação com consultórios médicos. Seu piso de terra batida é substituído por azulejos, assim como todas as superfícies que devem ser de fácil desinfecção; os panos agora são pendurados em ganchos; os alimentos são acondicionados segundo rígidas regras de higiene etc. A cozinha passa a ser entendida como o "laboratório da família", e cuidados nesse ambiente são então indispensáveis para que a saúde e a felicidade possam estar presentes nos lares. Claro que as mudanças não ocorrem simultaneamente em todas as casas, que eram também diferentes entre si. Como todos os padrões de conduta, essas mudanças fazem parte de um padrão. Porém, é interessante observar como em revistas femininas encontram-se recomendações inclusive para as classes ditas remediadas e desfavorecidas, lembrando que o conforto de quem não tem luxo seriam a ordem e a limpeza.

No Capítulo 5, que finaliza o livro, "A felicidade como conforto: bem-estar, domesticidade e gênero", a autora se volta para os lares não abastados com maior ênfase, e também insiste no que pode ser considerada uma das hipóteses centrais de sua pesquisa: a decoração, a criação de ambientes no lar que

transmitam efeitos opostos à vida dura e competitiva na rua, existe para o homem, não para a mulher(!). Questionando o privado como reino da mulher, Vânia Carneiro de Carvalho nos lembra de que o homem não somente se socializa no lar, como a própria constituição do lar como espaço de conforto e paz, de santuário alheio ao competitivo e bruto “mundo lá fora”, existe para servir ao homem. Todo o esforço dessas mulheres abastadas para decorar suas casas, a fim de que nos mínimos detalhes o espaço transmita o que a autora chama de conforto visual, faz parte do papel social e culturalmente designado a essas mulheres como mediadoras.

Dessa forma, levanta-se outra questão de suma importância que é o fato de que a decoração, que faz parte de todo o empenho mediador das mulheres na busca pela produção de felicidade familiar, é parte do trabalho doméstico. E no caso das mulheres observadas nas fontes, é a principal parte. É importante ressaltar esse fator porque as análises muitas vezes não consideram as mulheres abastadas como responsáveis pelo trabalho doméstico, uma vez que são empregadas e empregados que executam esse trabalho em suas casas. Porém, a responsabilidade<sup>7</sup> pelo bom andamento do trabalho, pelo perfeito funcionamento do lar, assim como a preparação de eventos importantes para seu meio social (como no caso dos jantares) recaem sobre essas mulheres, que ocupam todo o seu dia com a administração do trabalho dos outros, o consumo e o que hoje chamaríamos de decoração e artesanato.

Falando sobre como as classes médias consumiram mais rapidamente os modelos de decoração mais “limpos” importados dos EUA, por esses serem reproduzidos mais facilmente por seus preços reduzidos, a autora termina o livro nos lembrando do dilema da dona de casa moderna, que precisa se dividir entre os pesados afazeres exigidos pela casa e a boa aparência e delicadeza “necessárias e naturais ao seu sexo”. Apesar de descrições muito interessantes e minuciosas sobre o cotidiano dentro dos lares, alguns pontos de conflito ou dissonâncias como esse poderiam aparecer mais na análise. Não se comenta – ou talvez as referências escolhidas não levantem o tema – sobre mulheres endinheiradas que não se enquadravam muito bem nem como boas donas de casa, nem como consumidoras crônicas. Não se fala em mulheres mais envolvidas com a intelectualidade, ou preocupadas com os direitos civis femininos. Ainda que se comente um pouco

sobre as mulheres que trabalhavam como criadas, e um pouco também sobre os lares empobrecidos, em nenhum momento as mulheres de classes ao menos remediadas que trabalhavam, como as que escreviam nas revistas femininas, são citadas (daí talvez o uso comum do termo “mulher” na obra, em vez de “mulheres”). Sua presença e sua relação com os artefatos poderiam enriquecer esse trabalho.

Ainda assim, à sua maneira o livro pode instigar discussões, inclusive atuais, sobre a questão do trabalho doméstico feminino e a associação das mulheres ao espaço privado. Ele também é importante pois nos chama a atenção para a associação das mulheres abastadas com o lar, que muitas vezes é negligenciada por elas não serem “as grandes vítimas dessa situação”, lugar dedicado às mulheres trabalhadoras de dupla ou tripla jornada.

As ricas e numerosas – são 157 – ilustrações do livro nos lembram do cargo ocupado pela autora no Museu Paulista da USP, remetendo-nos à sensação de visita ao museu. A leitura associada às fontes iconográficas parece nos imergir num mundo que, ainda que com referências próximas ao nosso e com preocupações contemporâneas – como é o caso da análise de gênero –, é outro mundo. É como se o livro oferecesse ao/à leitor/a um pouco dos prazeres do ofício de historiador/a, quando encontramos nas fontes uma espécie de pequena janela para espiar do nosso tempo, nunca permitindo anacronismos, mas de maneira apaixonante, esse mundo que deixou vestígios mas não existe mais. Característica comum aos bons livros de história.

## Notas

<sup>1</sup> Ainda que a questão da ‘falta de tradição’ da burguesia em oposição à aristocracia, nos momentos em que a primeira vem se estabelecendo como classe dominante hegemônica no mundo Ocidental, tenha aspectos profundamente diferenciados no que se refere ao Brasil em comparação à Europa industrializada ou à América do Norte, o fenômeno é de alguma forma comum (p. 220).

<sup>2</sup> Ulpiano Toledo Bezerra de MENEZES, 2008, p. 13.

<sup>3</sup> MENEZES, 2008, p. 13.

<sup>4</sup> Ainda que apresentado no começo do livro, o termo é retomado durante a análise, e essa definição foi retirada do quarto capítulo.

<sup>5</sup> Richard SENNETT, 1997.

<sup>6</sup> Michel FOUCAULT, 1977.

<sup>7</sup> Suely Gomes Costa comenta as responsabilidades das mulheres mais abastadas ao observar como parte dessas responsabilidades pode ser transferida a mulheres contratadas, o que ela chama de “maternidade transferida” (COSTA, 2002).

---

## Referências bibliográficas

COSTA, Suely Gomes. "Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-309, 2002.

FOUCAULT, Michel. "Os corpos dóceis". In: \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 125-152.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "Prefácio". In: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e*

*artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008. p. 11-14.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Soraia Carolina de Mello ■  
Universidade Federal de Santa Catarina